

DEBATE “Novos museus de arte contemporânea: desafios para o futuro”

Moderação: Raquel Henriques da Silva

Participação: Alexandre Barata, Catarina Campino, Marta Mestre

A programação de arte contemporânea em equipamentos culturais multidisciplinares, em Portugal (RESUMO)

Por Marta Mestre (historiadora da arte e curadora)

1.

Para além dos museus de arte contemporânea e das colecções que têm vindo a surgir nos últimos anos (desde a Fundação de Serralves, até aos recentes Museu de Arte Contemporânea de Elvas – Colecção Cachola, Museu do Neo-Realismo, Centro de Arte Manuel de Brito, Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Ellipse Foundation, etc), existem outro tipo de tipologias ao serviço da divulgação da arte contemporânea. Para além dos espaços permanentes de criação/laboratório/residência (como o exemplo do Espaço do Tempo, Montemor-o-Novo) ou de “miscigenação”, como o Solar, em Vila do Conde, o modelo que encontramos mais disseminado são os “**Centros de Artes**”.

Também designados de “Casas da Cultura”, “Centros de Espectáculos”, “Centros Culturais”, os “Centros de Artes” são equipamentos multidisciplinares, que têm na sua programação regular, exposições de arte contemporânea.

São estes os equipamentos que estão espalhados pelo país, e que programam com maior ou menor eficácia a arte contemporânea. Esta eficácia está dependente de factores de diversa ordem, das equipas de programação, das dinâmicas locais, e dos apoios autárquicos, que se têm mostrado capitais. Se a paisagem da programação cultural se resumisse ao apoio do Estado não tínhamos certamente exemplos de uma programação como podemos apontar em alguns casos. Estou-me a lembrar de Montemor, Elvas, Sines, Lagos, Vila Franca de Xira, Vila do Conde, para citar alguns exemplos.

As características arquitectónicas das áreas expositivas dos “Centros de Artes” são bastante diversificadas. Com maior ou menor expressão, correspondem amiúde às determinações de um projecto cultural e artístico ou à inexistência deste, para além de tomarem uma certa tendência da arquitectura internacional dos equipamentos públicos

em instituírem áreas de requalificação simbólica e “imagens” da cidade e da arquitectura.

2.

Se observarmos o mapa dos equipamentos culturais, em Portugal, poderemos chegar à conclusão que estaríamos “servidos” de espaços para partilhar cultura e arte contemporânea. Ainda que nos pareça que certos espaços foram “oportunidades perdidas” não é a nossa função para o futuro apagar os males do passado : erros arquitectónicos, derrapagens financeiras, má gestão, má programação, etc.

A reflexão sobre os desafios para o futuro destes espaços, que constitui o mote deste debate, deverá centrar-se na **qualificação** destes equipamentos. E a qualificação faz-se através da **programação** e dos **recursos humanos**, perspectivando a construção de um capital simbólico importante em torno de objectos culturais fortes.

3.

A maior parte das vezes o objecto artístico tem ficado de fora do debate sobre a renovação da programação e dos equipamentos culturais. Julgo indispensável recolocá-lo no centro da reflexão para podermos debater contextos futuros para os museus, os centros de arte, os centros culturais, enfim, os espaços onde queremos colocar os objectos de arte contemporânea. Consecutivamente os objectos da arte contemporânea e os artistas reclamam a alteração dos modelos expositivos e, conseqüentemente, as estratégias de programação e aproximação dos públicos. Vejamos então qual é a “política” destes objectos

Segundo Jacques Rancière, vivemos hoje num “**regime estético das artes**” que procede à diluição dos géneros, dos estilos, das técnicas, da adequação de espaços a formas, etc, de tudo aquilo a que tradicionalmente nos habituamos a ver organizado de uma determinada ordem. No campo artístico, os trabalhos dos artistas têm vindo a adquirir escalas, espacialidades, condições de percepção, são feitos de signos, formas e de afectos, de estratégias de composição dos mesmos, etc que já não têm nada a ver com uma organização de quadros nas paredes e esculturas em plintos. Trata-se de uma nova “ordem do sensível” (Jacques Rancière: *Partage du Sensible*¹) em que as competências

¹ RANCIÈRE, Jacques. 2000. *Le Partage du sensible - Esthétique et politique*. Paris : La Fabrique Éditions.

artísticas tendem a trocas de lugares e de poder. Temos instalações e performances em forma de obra de arte, projecções de vídeo transformadas em ciclo de frescos, fotografias tratadas como se fossem quadros vivos, ou pintura de história, escultura metamorfoseada em show multimédia, etc.

Segundo esta consideração, magistralmente teorizada por Rancière, e debruçando-nos sobre uma política cultural para a arte contemporânea em Portugal, torna-se necessário:

- fazer corresponder este novo “regime estético de identificação das artes” a formas específicas de exposição e de visibilidade;
- desvincular uma “ocupação” de um “equipamento”;

Exemplificando, os artistas e a arte contemporânea têm vindo, desde há um importante tempo, a desvincular as paredes brancas dos quadros com pintura, convidam o público a participar na obra em construção, expõem arte contemporânea fora das salas de exposição, propõem uma exposição de mobiliário velho e em desuso que estava guardado nas reservas de uma fundação, usam animais vivos em instalações, etc.

Neste sentido, é desejável que o futuro e a renovação dos espaços de arte contemporânea em Portugal possa passar por **espaços de experimentação, criação e pedagogia**. Para além de ser a vocação da arte que os artistas contemporâneos estão a produzir actualmente, permite que cada “Centro de Artes” singularize a sua programação, através do trabalho com os criadores e através do estabelecimento de parcerias específicas, veiculadas pelos contactos destes: jovens curadores, bienais internacionais, colectivos, residências, etc.

Finalmente, a programação de arte contemporânea em equipamentos culturais multidisciplinares terá necessariamente de passar por uma estratégia de formação de públicos que se identifique com a natureza interceptada que estes espaços proporcionam: o movimento que vai da arte ao palco, dos livros à música, da instalação à dança, do ver ao fazer.

4.

Proponho **5 tópicos essenciais** para a dinamização dos espaços existentes no país, fora dos centros, e que programam ou que pretendem vir a programar arte contemporânea.

a) A independência dos projectos culturais relativamente ao poder político;

A política cultural é uma questão de programação e de mediação, e não de políticos.

b) A mobilização de uma estrutura de espaços de criação contemporânea (afectos ou não aos « Centros de Artes ») cuja vocação seja:

- contribuir para a criação e divulgação de arte contemporânea à escala regional, nacional e internacional ;
- flexível, elástica, adaptada às formas de viver dos artistas do presente: viajar, residir, produzir, pesquisar e expor fora do seu local habitual.

Defende-se a articulação desta rede com uma estrutura dinâmica de residências para artistas, que assentem em dois tipos de modelos de gestão : a auto-gestão e a institucionalização. Dever-se-á estruturar a nível transnacional, e em estreita articulação com os órgãos de Ensino da Arte. A aposta neste tipo de programação permitirá às comunidades duas vias: 1) constituir património; 2) estruturar relações no sentido das cidades criativas.

c) A definitiva passagem da gestão dos equipamentos para empresas municipais;

d) A aposta num programa de exposições singular, original e contemporâneo, contrariando a tendência em “fazer circular exposições”;

e) Rapidamente, a rentabilização do capital humano existente, uma política séria de qualificação dos quadros técnicos e superiores dos «Centros de Artes» com profissionais das artes, e a formação de equipas.